

Famílias políticas e seus espectros na modernidade brasileira:

O caso dos Mendonça de Pernambuco (1966-2016)

José Adilson Filho¹

Em Hamlet, obra monumental de William Shakespeare, vemos como a aparição de um fantasma ajuda a desvendar a morte de um rei e os problemas políticos de um país, a partir da conspiração entre seus familiares e membros da corte. Karl Marx fora leitor e admirador da obra do escritor inglês, e, talvez, por essa razão tenha feito uso de certa linguagem fantasmagórica em alguns dos seus trabalhos para falar de medo, conspirações e esconjurações na sociedade capitalista (DERRIDA:1996), a exemplo das lutas do proletariado, da força desconcertante da ideologia comunista e da violência dos burgueses para manter sua ordem social. No *18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx, cita uma série de fantasmas do passado que agem como um pesadelo sobre o cérebro dos vivos, alguns deles, inclusive, instrumentalizados para inspirar e justificar golpes de estado.

Podemos usar também essa mesma metáfora para interpretarmos parte substancial da nossa história republicana, já que os fantasmas do passado, aqui, não cessam de espreitar e ofuscar o brilho do presente como também os horizontes da nação. Ou seja, os mortos de algum modo ainda nos governam, porque nos fazem sofrer tanto quanto os vivos.

Essa presença fantasmagórica torna-se mais tangível e latente devido ao fato de que algumas estruturas econômicas e sociais bem como determinadas práticas políticas, imaginários ou formas de comportamento e percepção da realidade, constituem-se como o corolário de uma longa história de mais de quinhentos anos, cujos signos mais visíveis

¹ Mestre em História (UFPE) e Doutor em Sociologia (UFPB). Leciona na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB- Campus 1) e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (Fafica)

exprimem-se na forma de profunda desigualdade, exclusão, marginalização e violência física e simbólica sobre a maioria do seu povo. Trata-se, pois, de uma trama fundamentalmente verticalizada, pois tecida a partir de um longo processo de dominação e segregação de classe, gênero e etnia, embora seja necessário frisar, que tais antagonismos, vez por outra, se transformaram em relações eivadas de ambiguidades devido, sobretudo, à misturas desconcertantes entre diferentes e desiguais, tornando assim sua leitura e compreensão mais complexa, porque aparentemente “fora do lugar”.

Estas heranças constituem-se, por assim dizer, em anátemas ainda não esconjurados pela sociedade brasileira. Pois nela, as marcas do passado são muitas e robustas. e, além do mais, estão fincadas em todo território nacional, A despeito das latitudes e longitudes do país, as continuidades do passado se apresentam tais quais espectros onipresentes e reluzentes a limitar à imaginação e a luta política e social dos seus habitantes, notadamente, daqueles que precisam mais do “progresso” do que da “ordem”.

Daí ser fundamental o diálogo com a história, uma vez que ela nos ajuda a pensar em termos de duração, tanto nas permanências como nas mudanças, ou seja, a refletir retrospectiva e dialeticamente nas tensões entre o novo e o velho que marca o devir de qualquer sociedade. Não obstante, na sociedade brasileira, podemos dizer, com certo exagero, que aquilo que não morre se transforma em zumbi. Romper com certas tradições significa eliminar de nossas vidas aquilo que limita o avanço da cidadania e da democracia.

Alguns destes espectros ou “mortos-vivos” há muito tempo estão enraizados na cultura histórica e política brasileiras, de tal maneira, que passam a ocupar lugar destacado e decisivo dentro da organização e funcionamento da atual ordem social. Porém, paradoxalmente, muitas das mudanças significativas ocorridas recentemente na república brasileira prescindiram do apoio político de forças tradicionalmente conservadoras, ou mesmo reacionárias. Famílias e oligarquias políticas tradicionais e poderosas de várias regiões do país, principalmente daquelas localizadas nas paisagens do Norte/nordeste foram fundamentais para garantir os votos às eleições que elegeram Lula e Dilma bem como a manutenção da governabilidade e do apoio aos programas sociais que melhoraram significativamente as condições de vida de milhões de brasileiros.

Portanto, fazer alianças e conchavos tem sido a estratégia principal destas famílias para sua continuidade política como espectros ainda reluzentes da política nacional. Mas tal espectralidade opera num tempo bem distinto daquele da “república dos coronéis”. Pois, os descendentes ou não dos coronéis e oligarquias da “República Velha”, inscrevem sua história numa época e geografia bem mais dinâmica e confusa do que a dos seus antepassados. Vivemos sob o prisma de uma “modernidade líquida” (BAUMAN:2000) cuja natureza desconstrucionista impõe a tais famílias certa sensibilidade para rever parte de seu repertório e de considerar à necessidade de ampliação e diversificação dos seus capitais e dispositivos como estratégia de sobrevivência.

A forma como operacionalizam seus capitais é o que lhes garante longevidade diante de um processo acelerado de liquefação dos sólidos. E, é, por essa razão, que tanto o presente como o que projetamos como nosso horizonte de expectativas, isto é, nossas utopias, em certo grau são limitadas pela força marcante destes espectros. Para termos certeza disso não precisamos ir muito longe, basta observarmos sua presença visível e ostensiva nas esferas legislativa, executiva e judiciária do país, seja em nível municipal, estadual ou federal. Nelas veremos seus nomes e imagens sendo consagrados ou monumentalizados em auditórios, escolas, aeroportos, cidades, estádios, ruas, avenidas, edifícios, pontes etc. A prática da nomeação fortalece sua espectralidade no imaginário social, mediante a construção e a sedimentação de uma memória e narrativa duradouras. Elas são consagradas como monumentos tanto em vida como na morte.

Tal realidade alimenta-se, sobretudo, das profundas desigualdades sociais e de uma cultura aristocrática e personalista que afeta não somente as famílias mais tradicionais e oligárquicas, mas, também, setores considerados modernos ou ilustrados como empresários, jornalistas, intelectuais, sindicalistas, juristas ou políticos de esquerda – uma vez que passam a agir em conformidade com determinadas práticas e representações típicas do mandonismo, clientelismo ou coronelismo, outrora dominantes nas relações de poder no Brasil. No entanto, tanto as famílias e grupos mais tradicionais como os que se aristocratizaram recentemente precisam mesclar suas ações com leves pinceladas de modernidade. Sem uma boa dose de retórica, cinismo e da incorporação de alguma prática moderna no âmbito das relações, ações e discursos, dificilmente terão asseguradas sua permanência e legitimidade. Vale ressaltar, pois, que ao pensarmos na longevidade do poder destes espectros políticos na vida social

brasileira devemos levar em consideração sua capacidade para operar – simultânea e criativamente - com as contradições e ambivalências do mundo social e político.

Neste artigo, buscaremos analisar o percurso e as estratégias políticas usadas historicamente pela família Mendonça, a qual se encontra nacionalmente representado pelo primogênito Mendonça Filho (DEM), um dos principais articuladores do golpe parlamentar e atual ministro da educação do governo de Michel Temer.

A Família Mendonça: um espectro que ainda re(luz) na política local e nacional

Em meados da década de 1960 - em plena Ditadura Militar - a família Mendonça começa, oficialmente, a sua trajetória política na cidade de Belo Jardim (agreste central de Pernambuco). Ali constituirá seu principal reduto eleitoral, e, através dele, ampliará suas bases em tamanho e densidade suficientes para mais tarde torna-la uma das principais forças políticas do estado.

A estreia de José Mendonça Bezerra (1938-2011), patriarca da família, na política partidária, ocorreu durante a posse como deputado estadual, em 1966, pela ARENA (aliança renovadora nacional) – partido de sustentação do regime militar. Por três vezes elegeu-se deputado estadual e durante quase 40 anos consecutivos atuou como deputado federal (1979-2010). Sendo que de 1966 a 1984, foi um aliado incondicional do regime militar, ao qual destinou seu apoio às ações dos presidentes militares e a seus aliados no plano estadual, tais quais Paulo Guerra, Moura Cavalcanti, Nilo Coelho, Marco Maciel e Roberto Magalhães. Porém, seu *time de oportunista fê-lo* retirar a fidelidade ao regime que se esfacelava, quando passou a apoiar Tancredo Neves (candidato da oposição) contra Paulo Maluf, na eleição indireta para presidente da república, feita pelo Colégio Eleitoral. Aproveitando-se, pois, do clima de mudança gerado com a crise do regime militar e das gigantescas mobilizações populares capitaneadas pelo Movimento Diretas Já, decide juntamente com velhos aliados migrar para o PFL, partido que depois da morte súbita de Tancredo Neves, irá junto ao PMDB governar o país.

Sob a atmosfera da Nova República, José Mendonça Bezerra, procura se revestir com a fachada de político liberal e mais comprometido com a ordem democrática. Embora, na prática, o estilo personalista e autoritário se mantivesse intacto. Esse estilo não se traduziu na figura de um líder partidário ou de um polemista afeito aos debates

na câmara federal. O aspecto mais forte da estratégia política da “baraúna do agreste” - como também era chamado por seus correligionários - consistia na sua capacidade para atuar nos bastidores negociando diretamente verbas e obras para seus ‘domínios políticos’ ou fazendo lobby com ministros, governadores ou executivos de estatais, para aliados do setor empresarial, a exemplo do seu cunhado Edson Mororó Moura, fundador das Indústrias de Baterias Moura.

Os desafios dos novos tempos interpelava-os a ir além da mera sobrevivência política. Para isso, José Mendonça precisava renovar e ampliar seus capitais, o que o levou a investir primeiramente no próprio núcleo familiar. Ou seja, passou a apostar suas fichas exclusivamente nos filhos, sobrinhos ou genros para construir lideranças “puro sangue”, como forma de evitar que suas outras criaturas adquirissem à condição de lideranças, tal qual Francisco Cintra Galvão, ex-aliado que se transformaria no seu principal adversário local.

A partir do final da década de 1980, as novas lideranças do “Grupo JM” advirão do núcleo doméstico, porém, revestidos com as máscaras e linguagens da renovação. Com a inserção na Constituição Federal de 1988 da idade mínima de 16 anos para se votar, as juventudes tornam-se peças fundamentais para a manutenção de certos grupos políticos, e neste caso, para as elites e famílias tradicionais. Para dialogar com a juventude e tentar atraí-la para o grupo, o patriarca investiu no filho, Mendonça Bezerra Filho, e no sobrinho João Mendonça Jatobá. Ambos terão papel destacado na luta para desbancar a hegemonia da família política de Francisco Cintra Galvão no município de Belo Jardim, que já duravam 23 anos (1977-2000) e de ocupar melhor posição no ranking das oligarquias dominantes no estado.

E essa caminhada sinuosa, mas perseverante, começou com a eleição de Mendonça Filho, aos 20 anos para deputado estadual, em 1986, e, depois, com a sua nomeação para secretário da agricultura do governo de Joaquim Francisco (PFL), em 1991. Mas, será durante as eleições nacionais e estaduais de 1994, que o grupo demonstrará a força do seu capital político, pois elegera para a câmara dos deputados o patriarca (Mendonção) e seu filho (Mendoncinha) e João Mendonça, o sobrinho, para seu primeiro mandato na Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Uma vez fortalecidos com a eleição dos três membros familiares e de outros aliados no plano estadual e nacional - como Fernando Henrique Cardoso, a quem

trouxeram em 1994, para participar de um comício em Belo Jardim - passam a desenvolver ações mais ousadas, tendo o líder como seu principal mentor e articulador. Desta atuação pragmática nascerá uma aliança outrora impensável entre antigos aliados e inimigos do Regime Militar, ou seja, entre Jarbas Vasconcelos (um dos autênticos do MDB) e Marco Maciel e Roberto Magalhães (antigos líderes da ARENA e do PDS). Tal aliança tornou-se mais fácil depois do racha entre Miguel Arraes e Jarbas Vasconcelos na chamada Frente Popular (PMDB, PDT, PSB, PPS e PC do B).

A aliança feita à mesa farta de churrasco e bebidas na fazenda São José, propriedade familiar, demonstra como nossas elites, a despeito de algumas máscaras modernas, ainda resguardam um estilo aristocrático e patriarcal. O resultado deste acordo culminou com a eleição de Mendonça Filho para vice-governador na chapa encabeçada por Jarbas Vasconcelos nas eleições de 1998 e 2002, bem como da sua indicação como candidato a governador em 2006. Apesar da acachapante derrota para Eduardo Campos, a família teria a oportunidade de governar Pernambuco por alguns meses em função da eleição de Jarbas ao senado.

Assim, ao contrário do que se poderia imaginar sociologicamente, foi durante a Nova República (cenário teoricamente adverso à tradição) já que marcado por aspirações modernas, tensões e mudanças, que o clã logrou seus maiores êxitos políticos e econômicos. Refiro-me, sobretudo, ao período que abarca os governos de José Sarney (1985-1989), Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995- 1998, 1999-2002).

O “Coronel” e “Paizão”

Como dissemos anteriormente, o referido grupo familiar nasceu atrelado ao regime militar, mas atingirá seu ápice durante a volta da democracia. Entre os anos de 1985 a 2006, o poder e influência dos Mendonça se expandira por territórios e paisagens bem maiores e densas, conquistadas, a partir da ampliação, diversificação e combinação dos capitais político, econômico, social e cultural.

No âmbito das conexões sociais, desde cedo, buscaram construir relações afetivas e políticas, através de casamentos e amizades com atores representativos dos extratos superiores da elite pernambucana e nacional. O primeiro passo foi dado ainda no início dos anos 1960, quando do casamento do patriarca José Mendonça com

Estefânia Moura, filha de Pedro Moura e irmã de Edson Moura, o fundador das Baterias Moura. Esta aliança, marcada pela justaposição dos interesses políticos e econômicos, produzirá bons frutos. A partir dos anos 1990, as indústrias Moura ocuparão posição invejável no referido setor. É claro que a empresa teve que passar por muitas mudanças e fazer investimentos em tecnologia, gestão, qualificação da mão-de-obra, etc, mas parte deste capital econômico, responsável pela aquisição de máquinas e expansão da área produtiva, adveio também com as articulações de José Mendonça com governantes e executivos de organismos estatais como a SUDENE, FINOR, BNDES e Banco do Brasil. Pois, “sem apoios não se chegaria a tanto”, como reconheceu Edson Moura em reportagem da Revista Exames, intitulada Ianques não (p. 71)

Mendonção, como era conhecido, expressava pensamentos e ações próximas àquilo que Sérgio Buarque de Hollanda (1998) definiu como características do “homem cordial” brasileiro. Seu estilo bonachão e autoritário rendeu-lhe a fama de “coronel”, alguém que tanto acolhia e protegia como também intimidava aliados e adversários. Dos aliados, em troca das benesses que lhes oferecia, exigia o máximo de fidelidade e devoção. Aos considerados traidores ou trãnsfugas utilizava-se do mecanismo da violência simbólica, isto é, perseguições, interdições, humilhações públicas destes em festas, reuniões, entrevistas ou comícios.

A despeito disso tudo, a fidelidade política aos Mendonça era bastante sólida, principalmente da classe média (médicos, professores, advogados, bancários, funcionários públicos, delegados, promotores e juízes) e de empresários e fazendeiros da região. Parte substancial da adesão destes segmentos ao grupo familiar está relacionada às velhas práticas do assistencialismo, clientelismo, nepotismo. São muitos os exemplos de pessoas que, à deriva de qualquer meritocracia, ascenderam socialmente ocupando funções de poder e de prestígio na sociedade local graças à “ajudinha” do clã.

Não podemos deixar de reconhecer que tal adesão contém um sentido profundamente racional, lógico, porque se liga aos interesses de conservação ou de ampliação do poder aquisitivo e do prestígio social de uma classe que se caracteriza por sua concepção conservadora e utilitarista, o que, por sua vez, tende a aprofundar-se à medida que sua ação se inscreve numa geografia traçada por enormes desigualdades sociais, políticas e econômicas. Manter-se fiel ao grupo familiar significa estrategicamente reconhecer tudo aquilo que já foi conquistado, e o que poderá vir a ser

em termos de bens simbólicos (homenagens, jantares, festas, viagens, etc) ou na forma de cargos e funções em empresas e órgãos públicos, entre outros.

Assim, o “coronel durão” se transforma num “paizão” de sorriso largo e coração generoso para seus aliados da classe média, mas também para os desvalidos e empobrecidos da cidade e região, que devotam sua fidelidade em troca de pequenos benefícios materiais como cestas básicas, medicamentos, material de construção, apoio jurídico, dinheiro ou de contratos provisórios para professores do ensino fundamental e médio, vigilantes, merendeiras, motoristas, auxiliares de secretarias, serviços gerais etc em instituições públicas municipais e estaduais. Vale ainda salientar que, entre estes, a forma de adesão deste segmento social é marcada por uma forte cumplicidade que aparentemente oblitera a noção de exploração e o antagonismo de classe substituindo-lhes por um misto de paixão, amizade e fidelidade.

A soma dos desejos materiais e simbólicos da classe média com as demandas econômicas das populações mais pobres das áreas urbanas e rurais de cidades médias e pequenas do agreste pernambucano é o que historicamente define a fortuna política de famílias como a dos Mendonça. Ambas são, pois, estratégicas para a sustentação e difusão do espectro familiar aos próximos e longínquos sujeitos e lugares.

Em cada lugar, seja numa rua, vila, praça, campo de futebol ou escola, faculdade, prefeitura, lojas, bancos, haverá alguém da classe média ou das camadas populares a defendê-los e a exaltá-los. O clientelismo, ao impor dependência e fidelidade, contribui necessariamente para a promoção de uma cultura política conservadora e reacionária.

Outros meio de aumentar a espectralidade familiar

As famílias tradicionais na sua luta pela sobrevivência como *animals politicus* precisam operar simultaneamente com as estratégias da imanência e da transcendência, ou seja, personalizar ao máximo seus nomes e ações nas suas bases eleitorais, através do uso sistemático dos capitais disponíveis. Noutras palavras, fazer-se o mais próximo e visceral possível dos aliados e eleitores mediante a presença física com eles nas ruas, lares, sindicatos, bares, igrejas, campos de futebol, clubes, sítios, Ou, indiretamente, por meio do protagonismo de fiéis cabos eleitorais, lideranças comunitárias, vereadores, e

locutores de rádios, carros de som etc, que agem em seu nome. Com isso, o espectro dos Mendonça não cessa de aparecer e de brilhar no imaginário social.

Assim, veremos tais atores participando de festas populares, procissões, missas e cultos religiosos cristãos (raramente em cultos afrodescendentes), deixando-se fotografar com figuras míticas como Frei Damião para mais tarde transformar em publicidade. Noutras situações fazendo alianças políticas com bispos, padres e pastores. A igreja Católica e praticamente todas as variações do campo dito evangélico (tradicionais, pentecostais e neopentecostais) localizadas, sobretudo, nas pequenas e médias cidades têm historicamente se prestado a combater as ideologias e partidos de esquerda e a apoiar os segmentos políticos mais conservadores e reacionários das sociedades municipais.

Os Mendonça compreenderam ainda cedo o significado de vincular sua imagem a certas autoridades da Igreja Católica, a qual foi feita com relativo sucesso em municípios de sua base eleitoral. Em Belo Jardim se aproximaram do Padre José Miguel, Geraldo Magela, enquanto hostilizavam o Padre Reginaldo Mazzon, devido aos seus posicionamentos progressistas; em Pesqueira, sede da Diocese, mantinham boas relações com o Bispo Dom Mariano, cuja presença fazia-se constante em eventos do grupo e, em Santa Cruz do Capibaribe obtiveram o apoio de Padre Zuzinha, ex prefeito e figura mitológica daquele município.

A invenção de festas fora outra das estratégias usadas para atingir a sensibilidade de diversos segmentos da sociedade. O Jardim Cultural foi uma destas festas criadas durante o apogeu do grupo, e que buscava conjugar aspectos da chamada cultura popular pernambucana (artesanato, frevo, maracatu, coco de roda etc) com atrações musicais do circuito regional e nacional de distintas tendências como sertanejo, pagode, pop rock e MPB.

Porém, antes mesmo da chegada destas festas, eles já haviam investido em bandas de trios elétricos com vistas à espetacularizar seus comícios e aniversários. A velha prática do *panem et circense* constituiu-se numa das mais eficientes estratégias para fazer o espectro familiar ressoar reluzente sobre as cabeças de seus eleitores. E foram os corpos e as mentes dos jovens, justamente por serem mais sensíveis aos apelos do novo e da novidade, que sentiram com mais intensidade à influência destes espetáculos.

Até aí falamos, de certo modo, daquilo que caracteriza a imanência, ou seja, o que faz com que o espectro se aproxime dos corpos das pessoas e seja tocado e sentido por ele. A outra dimensão é a transcendência que aqui é concebida como o que fica acima ou longe do contato físico e das possibilidades materiais, sociais e culturais da maioria do povo.

Nas esferas local e regional, a família Mendonça se distingue dos demais eleitores e correligionários tanto em função do poder político e econômico como de suas conexões e amizades com desembargadores, juízes, empresários, jornalistas, artistas, escritores, entre outros, que os levam a participar de lugares e a cultivar hábitos e valores bem acima do universo social e cultural dos que lhes legitimam politicamente. (ADILSON FILHO, 2009: 156)

Para conserva-se superior e distante do *ethos* das camadas populares, tais famílias precisam cultivar a prática da distinção (ELIAS:1994, VELHO:2001, BOURDIEU:2001) por meio de comportamentos, consumo, linguagens, hábitos, amizades, casamentos e ambientes exclusivos. Portanto, a exclusividade ou a posse de tantos capitais e do acesso que eles permitem aos seres e às coisas mais raras e difíceis, certamente contribui para ampliar no plano simbólico as enormes hierarquias e desigualdades de classe, instilando nos mais pobres sentimentos de admiração, inferioridade e de resignação.

Os casamentos suntuosos e em lugares singulares aconteciam tanto para se consolidar no universo relacional das elites dominantes como também para o desfrute e a admiração da classe média local e das camadas populares, que geralmente ficam à deriva do *glamour* burguês-aristocrático da “fina flor das elites pernambucanas”.

O casamento de Mendonça Filho com Taciana Vilaça, filha de Marcus Vinícius Vilaça, ex-ministro do Tribunal de Contas da União e imortal da Academia Brasileira de Letras, e neta de Chico Heráclito, o último representante dos antigos coronéis da velha República, em Pernambuco. O casamento (conforme SILVA:2001) ocorreu na Oficina de Francisco Brennand em 1988, e contou com a oposição do arcebispo do Recife Dom Cardoso, que não queria realizá-lo em lugar considerado por ele inadequado. Ainda assim o evento aconteceu sob os holofotes da imprensa recifense, que o divulgou de maneira sensacionalista. O “*glamour*” e ostentação se fizeram presentes nos 160 padrinhos dos noivos e na presença de vários empresários, desembargadores, juízes,

executivos de estatais, intelectuais e de lideranças regionais e nacionais. O mesmo se repetirá com Danilo Mendonça, outro filho do clã, que se casara com Aline Corrêa, filha do então deputado Pedro Corrêa, em 1993, no Caxangá Golf Club, e que contou com presença do extrato dominante da elite estadual e de figuras políticas como Paulo Maluf, Joaquim Francisco e Jarbas Vasconcelos. (Diário de Pernambuco, 1993)

Crise e sobrevivência de um espectro familiar

A força do grupo familiar começaria a declinar com a chegada dos governos de Lula e Dilma Rousseff na esfera nacional e de Eduardo Campos, em Pernambuco. Como continuaram fiéis à aliança nacional com o PSDB, não havia outra alternativa senão a de ficar na oposição. Sem representação nas duas esferas, o grupo perdera o apoio de vários prefeitos, vereadores, deputados estaduais, lideranças comunitárias, enfim, densidade eleitoral e poder de pressão.

Com a morte do patriarca em 2011, a unidade familiar fora dissolvida. No ano seguinte, o sobrinho João Mendonça rompe com o grupo e derrota nas eleições municipais de forma expressiva tanto o candidato dos Mendonça (a prima Andréa Mendonça) como Dr. Maneco, até então aliado do grupo de Cintra Galvão. O indesejável aconteceria, pois a criatura viraria criador dividindo a família em duas forças opostas, e dominando a esfera política na cena local.

O conjunto destes fatos contribuiu ainda mais para a agonia do que havia do núcleo original. Mendonça Filho, o herdeiro, se elegerá com muita dificuldade para a câmara federal nas eleições de 2014, sendo praticamente o único representante do DEM no estado. Algo desastroso se lembrarmos que o referido partido fora noutros tempos o abrigo das principais forças conservadoras e reacionárias dominantes do estado de Pernambuco e do Nordeste.

Esta legenda que parecia se extinguir reencontrou novas chances de sobrevivida a partir da participação ativa de seus membros no golpe que retirou Dilma Rousseff da presidência do país, para colocar no seu lugar uma organização criminoso, liderada pelo vice-presidente Michel Temer. Mendonça Filho (líder do DEM na Câmara dos Deputados) fora um dos mais ativos deputados na trama que também contou com o apoio explícito de setores da mídia, do judiciário, do ministério público, da polícia federal, de setores da classe média e do empresariado.

Por ter atuado com desenvoltura a serviço do golpe parlamentar de 17 de abril de 2016, fora contemplado com a nomeação de Temer para ocupar a pasta de ministro da Educação. Apesar de ser rechaçado violentamente pela comunidade acadêmica e por parte da sociedade civil brasileira, o primogênito dos Mendonça sabe que ali se encontra os dispositivos para manter viva a chama do que restou do espectro familiar. E isso, infelizmente, já vem acontecendo e sendo denunciado nas redes sociais. Trata-se de reuniões extraoficiais realizadas na emblemática fazenda São José ou no seu escritório do Recife ou até mesmo no uso de aviões da força área brasileira para fins políticos, a exemplo de viagens com vereadores e pretensos aliados. Algo ilegal, feito de modo escancarado, mas necessário à sobrevivência política do clã.

Como já havíamos frisado anteriormente e, também, noutros trabalhos (ADILSON FILHO: 2009, 2014), tais famílias compreenderam que para sobreviver às intempéries da História era necessário jogar com a mistura, ou seja, com a ambivalência do velho e do novo, para que sua imagem e poder não fossem completamente tragadas pelos ventos e contradições da vida modernidade. E foi aproveitando-se de desigualdades históricas, de tradições e imaginários conservadores, porém, articulados à novas linguagens e performances e à riqueza dos seus capitais, os quais foram ampliados mediante alianças e conexões com segmentos do empresariado, do judiciário, da classe média e do estado, que lhes garantiram certa solidez num tempo repleto de efemérides.

Referências

ADILSON FILHO, José. **A cidade Atravessada**. Velhos e novos cenários na política belo-jardinense (1966-2000). Recife: Comunigraf, 2009.

_____(Org.) **Poder, Cultura e Educação em Pernambuco**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Bertrand Brasil, 2001

DERRIDA, Jacques. **Os espectros de Marx**. Rio de Janeiro: Ed. Relume Rumará, 1996.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte e Cartas a Kugelman**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SILVA, Adalberto Jordão da. **Belo Jardim: personalidades da nossa terra**. Recife: O autor, 2001.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

Periódicos

Jornal Diário de Pernambuco, anos 1993, 1998, 2000, 2001

Jornal do Comércio, anos 1999, 2000:

Jornal Notícias Moura, anos 1997 e 1999.

Revista Exame. São Paulo, 20 de outubro de 1999.

